HISTÓRICO DA CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO DO SINDICATO *LOS MINEROS* NA PKC – CIUDAD ACUÑA, MÉXICO

Atualizado em 16 de janeiro de 2013.

No início da década de 1990, a Alcoa passou a ter como fornecedora a Arneses y Accesorios de México, S.A. de C.V., uma maquiladora que produzia chicotes elétricos para o mercado automotivo norte americano em Ciudad Acuña, estado de Coahuila, junto à fronteira EUA-México. Posteriormente, a Alcoa adquiriu a Arneses por meio de uma *joint venture* e acabou assumindo a propriedade total em 2005. Àquela altura, a Arneses também incluía fábricas de chicotes elétricos em Piedras Negras, Torreon e Puebla. (A fábrica de Puebla foi fechada em 2008.)

Em Piedras Negras e Torreon, a Arneses firmou acordos coletivos com a CTM. A fábrica de Puebla, comprada da Siemens em 2001, tinha um sindicato independente filiado à UNT. Isto contrastava com Ciudad Acuña, que permanecia uma zona não-sindical, onde nem mesmo a CTM conseguia se estabelecer. Hoje há cerca de 7.000 trabalhadores nas fábricas da Arneses em Ciudad Acuña.

A partir da década de 1990, os trabalhadores da Arneses y Accesorios começaram a se organizar com o apoio do Comitê Fronteiriço de Trabalhadoras (Comité Fronterizo de Obreras – CFO – [www.cfomaquiladoras.org](http://www.cfomaquiladoras.org)). Os trabalhadores formaram “comissões de diálogo” para tratar de assuntos tais como baixos salários e saúde e segurança. Com a assistência do sindicato USW e de um grupo de acionistas religiosos, os trabalhadores compareceram à assembléia de acionistas da Alcoa em 1996 na cidade de Pittsburgh, EUA, e confrontaram a direção da empresa.

Em 2000 e 2001, o CFO liderou mobilizações de trabalhadores e greves extra-oficiais. Em 2002, os trabalhadores da planta de chicotes elétricos da Alcoa em Piedras Negras se revoltaram contra a CTM, que controlava a fábrica em íntima colaboração com a direção. Eles convocaram assembléias sindicais, elegeram seus próprios delegados e durante nove meses funcionaram como um sindicato independente, até serem violentamente reprimidos pelos esforços conjuntos da CTM e da empresa. O sindicato independente fez uma reclamação perante o Comitê de Liberdade Sindical da OIT.

Conflitos em Piedras Negras continuaram ao longo dos próximos anos. Em Ciudad Acuña, as comissões de diálogo – apoiadas pelos acionistas religiosos – conseguiram conquistar melhoras significativas em temas de saúde e segurança e outras condições de trabalho. O USW também ajudou os trabalhadores e o CFO com relação a saúde e segurança e conduziu diversas sessões de treinamento para as lideranças. Em 2007, uma delegação de líderes locais de fábricas da Alcoa nos Estados Unidos visitou Ciudad Acuña.

Em 2007, o CFO fez um balanço de sua campanha e concluiu que mesmo com solidariedade internacional seria difícil avançar, passando do diálogo para a negociação coletiva, sem que os trabalhadores da Arneses fossem representados por um sindicato democrático provido do direito legal de conduzir negociações coletivas. O CFO abordou o SNTMMSSRM (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos, Siderúrgicos e Similares da República Mexicana, conhecido como *Los Mineros*), que começou a se reunir com os trabalhadores da Arneses. Em julho de 2009, os trabalhadores da Arneses formaram a Seção 307 do SNTMMSSRM.

Em junho de 2009, a Alcoa vendeu sua divisão de chicotes elétricos, a Alcoa Electronics and Electrical Solutions (AEES), para a Platinum Equity, um fundo de *private equity* estadunidense controlado por Tom Gores. A campanha de sindicalização dos *Mineros* continuou, com o apoio do USW e do UAW, com assembléias regulares, visitas às casas dos trabalhadores e panfletagens nas fábricas. A campanha também recebeu assistência do projeto de sindicalização da FITIM.

Em agosto de 2011, a Platinum Equity vendeu a AEES – incluindo a Arneses y Accesorios – para a empresa finlandesa PKC Group ([www.pkcgroup.com](http://www.pkcgroup.com)).  Com a aquisição, a PKC passou a ter produção em 10 países. Grandes clientes europeus de chicotes elétricos incluem a Volvo e a Scania. Na América do Norte, as maiores contas da PKC no segmento de caminhões são Daimler Trucks North America, Navistar e PACCAR; no segmento de veículos leves, Continental, Ford, General Motors, Harley-Davidson e Lear. A empresa produz alguns componentes para as forças armadas dos Estados Unidos.

­­­­­­­Após a venda da Arneses para a PKC, o SNTMMSSRM escreveu para a PKC em 17 de outubro de 2011 para propor negociações. O Secretário Geral da FITIM também falou com o Diretor Presidente da PKC, Harri Suutari. A empresa não respondeu às cartas; ao invés disto, anunciou um aumento salarial de 20% em 19 de outubro e começou a distribuir panfletos anti-*Mineros* nas fábricas e a realizar reuniões anti-sindicais.

Deve-se observar que o aumento salarial prometido não foi pago à maior parte dos funcionários. Aqueles na categoria salarial mais baixa receberam aumento de 78 para 90 pesos por dia. O salário mais alto para trabalhadores da produção, independentemente de tempo de casa, é de 112 pesos por dia (784 pesos por semana). O último aumento salarial para a maior parte dos funcionários foi concedido em 2009. Outros reclamos incluem favoritismo e tratamento insultuoso por parte dos supervisores, inclusive assédio sexual.

Em 28 de novembro de 2011, o SNTMMSSRM fez uma solicitação formal por negociações (*emplazamiento*) à PKC, nos termos da legislação mexicana. Em 6 de dezembro de 2011, a empresa respondeu, se recusando a negociar por causa de um acordo coletivo já existente firmado com o sindicato “Miguel Trujillo López” da Confederação de Trabalhadores do México (CTM), depositado na Junta Federal de Conciliação e Arbitragem (CAB) em 2 de setembro de 2011. O líder do sindicato “Miguel Trujillo López” é Tereso Medina, líder da CTM em Coahuila e presidente da Comissão do Trabalho da Câmara Federal de Deputados. Esta foi a primeira vez que os funcionários da PKC foram informados de que tinham um acordo coletivo e que eram “representados” pela CTM.

Em 31 de janeiro de 2012, a empresa organizou assembléias nas fábricas de Ciudad Acuña. Foi passado para os trabalhadores um vídeo do presidente da PKC América do Norte, Frank Sovis. Eis a transcrição do seu comunicado:

Olá, sou Frank Sovis, presidente da PKC América do Norte. Gostaria de compartilhar algumas informações muito importantes com vocês durante alguns minutos no dia de hoje.

Como vocês sabem, nos últimos anos tem havido uma série de esforços por parte de diferentes grupos para sindicalizar as nossas fábricas em Acuña. Estes grupos externos têm seus interesses próprios, que são muito diferentes dos interesses de nossos funcionários na Arneses. Estes grupos externos têm continuado a tentar convencê-los de que vocês precisam de um sindicato para proteger seus direitos trabalhistas. Entretanto, por mais de 25 anos nem vocês nem a Arneses sentiu a necessidade de ter um sindicato. Temos trabalhado conjuntamente com sucesso para resolver as questões por meio de uma linha direta de comunicação entre nós, sem a necessidade de terceiros ou intermediários. Com base em nossa política de portas abertas e em nossos princípios e valores, vocês têm podido e seguirão podendo falar de suas preocupações diretamente com seus gestores e assim encontrar uma solução.

Infelizmente, alguns destes grupos externos estão usando táticas que ameaçam nossa paz trabalhista … e … nossos ativos. Eles não querem saber se vocês querem ou não ter um sindicato. Eles estão focados em seus próprios objetivos, aspirações e interesses econômicos pessoais, usando métodos de organização questionáveis simplesmente para aumentar seus contingentes.

Com o objetivo maior de proteger seus direitos, juntamente com os direitos da PKC, e com base em consultas a muitos funcionários, a Arneses [trecho ininteligível] a execução de um acordo coletivo com a CTM, representada pelo Secretário Geral Tereso Medina Ramirez. Este grupo tem um forte histórico e políticas específicas relacionadas ao trabalho conjunto com vistas ao benefício mútuo de empregados e empregadores com os quais ele tem relações. Seus valores e princípios estão alinhados com os da PKC, e ele compreende as necessidades dos empregadores, do nosso negócio e de nossos clientes. Ademais, tem familiaridade com o ramo de negócios automotivo.

Nós continuaremos a operar o nosso negócio exatamente como vínhamos fazendo, trabalhando diretamente em conjunto com vocês para manter um ambiente de trabalho positivo e profissional. O gerente de sua fábrica tem respostas para algumas das perguntas que vocês terão. Para outras, talvez não tenhamos respostas de imediato. Entretanto, ao longo das próximas semanas vocês terão a oportunidade de saber mais a respeito dos serviços que Tereso e a CTM podem lhes oferecer. Obrigado por me escutar e por ser um elemento chave do nosso negócio.

Durante estas assembléias, os trabalhadores foram informados por gerentes da Arneses que a empresa pretendia pagar a contribuição sindical dos trabalhadores diretamente à CTM ao invés de deduzi-la de seus holerites. Os trabalhadores não receberam exemplares do acordo coletivo entre a Arneses e a CTM.

Em 3 de fevereiro de 2012, o SNTMMSSRM entrou com um requerimento legal perante a Junta Federal de Conciliação e Arbitragem por controle do acordo coletivo (*titularidad*). Segundo a legislação mexicana, a Junta deve então marcar a data para uma votação secreta (*recuento*) por meio da qual os trabalhadores podem escolher sua entidade representante. Entretanto, em 20 de fevereiro de 2012, a Junta rejeitou o requerimento do sindicato, afirmando que devido ao fato do SNTMMSSRM ser registrado legalmente para representar apenas trabalhadores nas indústrias de mineração, metalurgia e metal-mecânica, ele não poderia representar trabalhadores de empresas de autopeças. O sindicato recorreu da decisão em 13 de março de 2012 perante o Tribunal Colegiado para Assuntos Trabalhistas do Primeiro Circuito.

Em 28 de março de 2012, o programa investigativo “45 Minutos” da estação de televisão finlandesa MTV3 exibiu uma reportagem sobre as operações da PKC em Ciudad Acuña que incluía uma entrevista com o Diretor Presidente Harri Suutari. Durante a entrevista, Suutari afirmou o seguinte:

Suutari: Os custos de produção são mais baixos (no exterior), a produção na Finlândia não é eficaz em termos de custos/lucrativa.

Suutari: Eles (*Los Mineros*) não têm apoio, nem os trabalhadores têm se disposto a se sindicalizar.

Suutari: Eu não sabia que (o contrato entre a Arneses e a CTM) foi concluído, mas estou muito satisfeito que foi concluído.

Entrevistador: Quanto a PKC paga (contribuição sindical)?

Suutari: Não sei.

Entrevistador: Mas (a PKC) paga assim mesmo?

Suutari: Bem, acho que sim.

Suutari: (A CTM) não é um sindicato genuíno no sentido finlandês, mas no México, é.

Entrevistador: Com este (contrato) a empresa garantiu benefícios para si, sem perguntar aos trabalhadores?

Suutari: Sim.

Suutari: São essas as dependências em que eles moram lá (no México).

Entrevistador: Quando em Roma, faça como os romanos?

Suutari: Parece que é isso.

Suutari: Talvez seja preocupante aqui na Finlândia.

Entrevistador: Mas incomoda, sendo você o diretor presidente?

Suutari: Consigo conviver com isso, mas se esperaria que no México as coisas pudessem ser feitas melhor.

<http://www.mtv3.fi/uutiset/45min/jaksot.shtml?1523959>

Após a reportagem da MTV3, as práticas trabalhistas da empresa foram criticadas por lideranças sindicais finlandesas e pelo maior acionista da empresa, o fundo de pensão Ilmarinen, que ameaçou retirar seu investimento da PKC.

A PKC respondeu com a seguinte nota em 11 de abril de 2012:

O Grupo PKC respeita os direitos de seus funcionários

Em resposta à atenção recebida à questão na Finlândia por parte de acionistas e meios de comunicação, o Grupo PKC afirma que não restringiu nem restringe de forma alguma os direitos de seus funcionários no México ou em qualquer outra parte do mundo, inclusive seu direito à sindicalização. Ademais, o Grupo PKC cumpre integralmente as leis e normas mexicanas, além da liberdade de sindicalização imposta pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A empresa leva muito a sério as recentes acusações e está aberta ao diálogo com seus funcionários, investidores e meios de comunicação com relação a esta questão.

Nos últimos anos, tem havido uma série de esforços por parte de diferentes grupos (incluindo o Sindicato dos Mineiros) para sindicalizar as fábricas e trabalhadores de Acuña, México. Os funcionários têm demonstrado consistentemente seu desejo de não entrar para tais sindicatos. Em várias reuniões entre a empresa e os funcionários realizadas nos últimos nove meses, os funcionários têm continuado a denunciar as atividades dos *Mineros* e especificamente verbalizado sua preferência por não ser sindicalizados por eles.

A legislação mexicana permite que sindicatos se registrem como representantes dos funcionários independentemente da vontade destes; na realidade, os funcionários podem nunca vir a ser consultados a respeito de sua preferência. O registro e a certificação do sindicato como representante e negociador obriga os funcionários a pagar contribuições ao sindicato, quer queiram se associar ou não.

O Grupo PKC assinou o acordo de aquisição das empresas AEES em agosto de 2011. Foi também por volta desta época que a campanha dos *Mineros* em Acuña se intensificou. De modo a proteger os direitos de seus funcionários, a AEES aceitou a execução de um acordo coletivo com o sindicato Confederação de Trabalhadores do México (CTM), que funciona legalmente, em setembro de 2011. O esforço de sindicalizar os funcionários está sendo impulsionado por indivíduos e grupos externos – não pelos funcionários. Exercer o direito legal de aceitar um contrato com a CTM era visto como um modo de fazer a vontade dos funcionários de não serem representados por um sindicato que eles não queriam.

O Grupo PKC Plc formalmente adquiriu as empresas AEES em 1º de outubro de 2011. A PKC está convencida de que existia a oposição aos *Mineros* e que os funcionários das fábricas de Acuña não querem ser representados por eles. Esta avaliação se confirma pelo fato de não ter havido reação negativa dos funcionários, uma vez tornado público o contrato com a CTM. Na verdade, em seguidas discussões com os funcionários, eles confirmam sua vontade de não serem representados pelos *Mineros* e compreendem por que o contrato com a CTM foi aceito. O acordo com a CTM continua a apoiar a capacidade dos funcionários de se comunicar diretamente com a empresa sobre temas relativos ao seu emprego sem a necessidade de um intermediário terceiro. Esta é uma questão que os funcionários deixam claro para a empresa. O acordo com a CTM oferece benefícios melhores que o mínimo exigido pela legislação trabalhista mexicana.

A PKC não restringiu nem nunca restringirá os direitos de livre associação de seus funcionários. O fato dos funcionários não quererem ser representados por um sindicato não é uma violação da liberdade sindical.

A PKC continuará com o padrão bem estabelecido de diálogo com seu pessoal para compreender o que é importante para ele. Em decorrência disto, o taxa de rotatividade já declinou significativamente em Acuña. Além disso, a PKC valoriza o cumprimento total da legislação local, federal e internacional como parte integrante de suas operações.

PKC Group Plc

Matti Hyytiäinen

Diretor Presidente

<http://www.pkcgroup.com/index.php?1515>

O fundo Ilmarinen pediu à consultoria sueca Ethix SRI Advisors que investigue as alegações contra a PKC.

Em 28 de abril de 2012, a Arneses demitiu Juan Carlos Palomino Consigno, membro da Comissão Executiva da Seção 307 (Secretário Adjunto de Organização, Propaganda e Estatísticas), que tem 13 anos e 2 meses de casa. Palomino se recusou a receber suas verbas rescisórias e solicitou sua reintegração à Junta do Trabalho.

Em 4 de julho, o Tribunal Colegiado divulgou sua decisão sobre o recurso relativo ao *recuento*, ordenando à Junta do Trabalho que prosseguisse e afirmando que as objeções da Junta serão apreciadas no período pós-eleitoral. A Junta começou a audiência em 31 de julho e prorrogou-a várias vezes devido a objeções regimentais feitas pela CTM e pela empresa (incluindo os mesmos argumentos sobre *radio de acción* [raio de ação] dos quais o Tribunal Colegiado já havia tratado em sua decisão). A CTM também fez objeções a 707 nomes de trabalhadores da lista submetida pelos *Mineros*. A Junta do Trabalho finalmente emitiu seu parecer com relação a estas objeções em 5 de outubro.

A partir de agosto, a empresa intensificou seus ataques contra os *Mineros*:

■ Líderes de equipes da empresa (que têm direito de votar na eleição) receberam um “treinamento” obrigatório e foram instruídos a ter um discurso anti-*Mineros* nas reuniões diárias de sua equipe. Na essência, o recado é que os *Mineros* são violentos e se eles ganharem a eleição os trabalhadores perderão seus benefícios e a fábrica fechará.

■ A CTM teve acesso livre a todas as áreas das fábricas e ao menos 10 pessoas trabalhando em tempo integral em seu interior. (É provável que o número real seja bem maior.) Ela realizou reuniões fechadas com a presença garantida dos trabalhadores (organizadas pela empresa durante o horário de trabalho), além de abordar trabalhadores individualmente para pressioná-los por seus votos. Da Fábrica 4 veio o relato de que a CTM distribuiu fraldas para os trabalhadores.

■ Na Fábrica 2, a empresa começou a passar filmes anti-*Mineros* no refeitório. Estes acusam o Secretário Geral Napoleón Gómez de instigar violência, roubar US$ 55 milhões etc.

■ Em 4 de setembro, os trabalhadores da Fábrica 3 foram convocados ao departamento de pessoal e instruídos a tirar suas camisetas pró-*Mineros*, sendo que a empresa não tem uniforme ou política de vestimentas. Três dos trabalhadores se recusaram e receberam avisos disciplinares que eles se negaram a assinar.

■ Um trabalhador na Fábrica 5, Horacio Reyes, foi demitido em 28 de agosto após outros trabalhadores terem dito a um supervisor que ele estava tomando nota dos nomes dos colegas pró-*Mineros*. No dia seguinte, a CTM levou os delatores de Reyes para almoçar fora como recompensa.

■ Na mesma semana, foram exibidos anúncios anti-*Mineros* na TV local. A estação de rádio e jornal locais (*Zócalo*) soltaram artigos e comentários anti-*Mineros* constantemente, e não atenderam a pedidos de réplica nem mesmo na forma de matéria paga.

Em setembro, a PKC e a CTM seguiram com a campanha incessante de medo e intimidação dirigida aos trabalhadores. Trabalhadores eram levados diariamente da fábrica à sede da CTM onde eram exibidos filmes mostrando supostos atos de violência dos *Mineros* e era dito que se os *Mineros* ganhassem a eleição, a fábrica fecharia. Esta mensagem chave foi repetida nos meios de comunicação e numa revista em quadrinhos que a CTM tem distribuído. A empresa também ofereceu hora-extra aos sábados para quem quisesse comparecer a “treinamentos” da CTM.

Os trabalhadores continuaram sua campanha usando diversas estratégias:

■ Primeiro, trabalhadores acompanhados por membros dos *Mineros* vindos de todo o país foram batendo de porta em porta em bairros onde vivem muitos funcionários da Arneses, abordando questões que preocupam os trabalhadores, recrutando novos integrantes e distribuindo camisetas dos *Mineros*, que são muito apreciadas. A empresa afixou cartazes avisando aos trabalhadores que se sentirem “ameaçados” pelas visitas que as relatem à administração.

■ Segundo, os trabalhadores passaram a usar camisetas dos *Mineros* na fábrica e desafiaram diretamente a CTM nos treinamentos, destacando a ausência da CTM, defeitos no acordo e a falta de aumentos salariais.

■ Terceiro, os trabalhadores enviaram uma carta ao executivo da PKC Matti Hyytiäinen, convidando-o a visitar Ciudad Acuña para ficar sabendo o que de fato se passa. Os *Mineros* também se reuniram com a embaixadora finlandesa e convidaram-na a visitar a cidade.

Em setembro, a CTM registrou avisos de greve contra 37 outras empresas em Ciudad Acuña. (Na legislação trabalhista mexicana, este é o primeiro passo rumo à negociação de um acordo coletivo.) Isto parece ter sido uma maneira de se adiantar e partir para o ataque contra *Los Mineros*. Aparentemente, também criou uma cisão no seio da elite empresarial local. Alguns elementos se opõem a qualquer sindicato e anunciaram uma manifestação anti-sindicatos (rejeitando tanto a CTM quanto *Los* *Mineros*) para 12 de outubro, enquanto outros são favoráveis à estratégia de permitir a entrada da CTM para manter *Los* *Mineros* fora.

Em outubro, em resposta a reclamações da empresa, as autoridades mexicanas de imigração detiveram e deportaram representantes de sindicatos estadunidenses que estavam documentando violações de direitos trabalhistas (Ben Davis do USW e Pete Demay do UAW). Davis pôde voltar; Demay e seu fotógrafo, que foram presos por filmar no parque industrial, não.

Em 15 de outubro, a Junta do Trabalho divulgou sua decisão, marcando a eleição para 18 de outubro. A Junta certificou uma lista de 7.528 trabalhadores, incluindo 1.784 que de acordo com os registros da própria empresa não estavam mais empregados.

A eleição (*recuento*) foi conduzida pela Junta Federal do Trabalho em 18 de outubro. Cada sindicato teve direito a 20 observadores (4 por fábrica). Os resultados constam abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FÁBRICA | TRABALHADORES ATIVOS | TRABALHADORES INATIVOS | TRABALHADORES NA LISTA ELEITORAL | VOTOS PARA  A CTM | VOTOS PARA *LOS MINEROS* | TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS | VOTOS NULOS | TOTAL DE VOTOS | TOTAL DE VOTOS COMO % DOS TRABALHADORES ATIVOS | CÉDULAS NÃO USADAS | TOTAL PAPELETAS | PAPELETAS NO UTILIZADAS COMO % DE TOTAL PAPELETAS |
| FÁBRICA 2 | 1765 | 295 | 2060 | 759 | 747 | 1540 | 34 | 1574 | 89% | 520 | 2094 | 25% |
| FÁBRICA 3 | 1695 | 271 | 1966 | 691 | 707 | 1398 | 55 | 1453 | 86% | 513 | 1966 | 26% |
| FÁBRICA 4 | 1283 | 552 | 1835 | 479 | 510 | 989 | 52 | 1041 | 81% | 742 | 1783 | 42% |
| FÁBRICA 5 | 786 | 647 | 1433 | 450 | 291 | 741 | 17 | 758 | 96% | 672 | 1430 | 47% |
| EXT/SOP | 215 | 19 | 234 | 130 | 56 | 186 | 4 | 190 | 88% | 44 | 234 | 19% |
| TOTAL | 5744 | 1784 | 7528 | 2509 | 2311 | 4820 | 162 | 4982 | 87% | 2546 | 7528 | 30% |

Aparentemente, o processo formal de votação foi conduzido de modo transparente, na presença de observadores de todas as partes. Uma equipe de observadores externos da ONG mexicana PODER também pôde entrar na área de votação por um breve período. Contudo, os observadores dos *Mineros* mencionaram as seguintes questões preocupantes:

* Primeiro, havia uma forte presença das forças de segurança do lado de fora da fábrica, incluindo o Exército e a fartamente armada Polícia Federal.
* Segundo, os trabalhadores relataram vigilância, pressões e intimidação por parte de supervisores e gerentes, todos os quais se vestiram de branco (assim como a CTM). (Os *Mineros* haviam decidido não usar suas camisetas durante a votação para evitar quaisquer acusações de irregularidades.)
* Terceiro, diversos trabalhadores com direito ao voto não puderam votar porque seus nomes não estavam na lista; por outro lado, alguns supervisores puderam votar.
* Quarto, a certificação de 1.784 não-funcionários como eleitores e uma análise dos padrões de votação indicam uma provável fraude. Por exemplo, na Fábrica 5 (onde *Los Mineros* tinham a organização mais fraca), ficou registrado que 96% dos trabalhadores votaram, uma porcentagem muito mais alta que em qualquer outra fábrica. Parece que a empresa teve e oportunidade de botar para dentro alguns votantes cujos nomes estavam na lista embora não fossem funcionários na ocasião.

Após a votação, *Los Mineros* tomaram a decisão tática de não recorrer com base nas irregularidades do processo eleitoral, pois estas poderiam levar um ano ou mais para serem resolvidas. Ao invés disso, o sindicato abriu mão formalmente dos recursos e ao mesmo tempo, em 5 de novembro, solicitou uma nova eleição.

Na terceira semana de dezembro de 2012, a PKC demitiu todos os integrantes da comissão executiva da seção local do sindicato *Los Mineros* em Ciudad Acuña. Essas demissões fizeram parte de uma demissão em massa de 122 apoiadores do sindicato.

Dezoito membros da comissão executiva da Seção 307 foram demitidos. É notório que a empresa demitiu todos os trabalhadores que serviram como observadores dos *Mineros* na eleição de 18 de outubro, que estes perderam por pouco (2.509 a 2.311 votos). A demissão de observadores do sindicato (e de outros trabalhadores que estavam na lista de potenciais observadores entregue à Junta do Trabalho) comprova claramente a retaliação direta por parte da empresa contra os trabalhadores que tentavam exercer seu direito à livre associação. Constitui também um desafio aberto à integridade dos procedimentos da Junta Federal do Trabalho.

Os trabalhadores foram chamados individualmente ao RH e instruídos a assinar uma carta de demissão “voluntária”. Funcionários da Junta Federal do Trabalho estavam presentes e encorajaram os trabalhadores a assinar. O que contaram aos trabalhadores foi que “a empresa decidiu que não precisa mais dos seus serviços”. Eles não receberam um aviso prévio por escrito, o que constitui violação da legislação mexicana.

Deve-se observar que as demissões foram distribuídas pelas cinco fábricas, não sendo concentradas numa linha de produção em particular, i.e., não podem ser vinculadas à perda de uma encomenda, razão frequentemente alegada para uma demissão em massa. Ademais, a empresa contratou aproximadamente 500 novos funcionários desde dezembro.

Dez trabalhadores não assinaram a carta de demissão e, com o apoio do sindicato, iniciaram processos perante a Junta Federal do Trabalho solicitando sua reintegração. Num boletim lançado em 6 de dezembro, o sindicato anunciou que estes trabalhadores fariam greve de fome.

Apesar das demissões, *Los Mineros* continuam a se organizar com vistas a uma nova eleição. A Junta do Trabalho marcou uma audiência para 30 de janeiro de 2013 e pode marcar a data da nova eleição logo em seguida. O sindicato tem uma equipe de lideranças em Ciudad Acuña que, juntamente com o CFO, está apoiando a campanha de sindicalização. Cabe também destacar que os trabalhadores que decidiram assinar as cartas e aceitar as verbas rescisórias seguem apoiando a campanha de sindicalização; o sindicato considera que eles também foram demitidos injustamente e sob pressão.

Veja abaixo um quadro mostrando a situação dos trabalhadores demitidos. O sindicato ainda está compilando informações, de modo que o quadro poderá ser atualizado.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | Assinou carta de demissão | Membro da Executiva da Seção 307 | Estava na lista de observadores do sindicato | Observador do sindicato durante a eleição | Em greve de fome |
| Alejandro Ojeda Ramirez | Não | x | x | x | x |
| Maria de la Paz Calvillo Solanio | Não | x | x | x | x |
| Javier Diaz Gómez | Não | x | x | x | x |
| Ana María Méndez Pacheco | Não | x | x | x | x |
| Josefina Martínez Hernández | Não | x | x | x | x |
| Rodolfo Luna Martínez | Não | x |  |  | x |
| Encarnación Escobedo Muñoz | Não | x | x | x | x |
| Sergio Hernández García | Não | x | x | x | x |
| Nicolás Rojas Romero | Sim | x | x | x |  |
| Maria del Socorro Martínez | Sim | x |  |  |  |
| Cornelio Osorio Chiriaco | Sim | x | x | x |  |
| Roberta Canuto Tolentina | Sim | x |  |  |  |
| Marcelo Higinio Benítez | Sim | x | x |  |  |
| Maria Teresa Adame Molina | Sim | x | x |  |  |
| Mario Anguiano Tolentino | Sim | x |  |  |  |
| Rogelio Rojas | Sim | x | x |  |  |
| Sergio Martínez Lorenzo | Sim | x | x | x |  |
| Emérito López | Sim |  | x |  |  |
| Benjamín Gómez | Sim |  | x |  |  |
| Ramiro Sánchez | Sim |  | x |  |  |
| Gabriela Chontal Ramírez | Sim |  | x | x |  |
| Juan Gabriel Cornelio | Sim |  | x | x |  |
| Jesús Rogaciano Ibarra Quintero | Sim |  |  |  | x |
| Gerardo Hinojosa Morales | Não |  |  |  | x |
| Juan Carlos Palomino Cansigno (demitido em abril de 2012) | Não | x | x | x | x |

O movimento sindical global levou as violações de direitos trabalhistas na PKC à atenção de lideranças tanto governamentais quanto empresariais. A FITIM apresentou informações sobre estas violações ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT como parte do Caso No. 2784, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos, Siderúrgicos e Similares da República Mexicana. Em agosto, sindicatos finlandeses e mexicanos formalizaram reclamações junto a seus respectivos Pontos de Contato Nacionais, argumentando que a PKC não está cumprindo as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

Em maio, o conselho global dos trabalhadores da Ford levantou a questão de como os atos da PKC violam o código de conduta da empresa. A direção da Ford prometeu investigar. O sindicato sueco IF Metall também levantou a questão perante a direção da Volvo por intermédio da comissão de fábrica nacional.

Informações têm sido fornecidas regularmente aos consultores de investimentos Ethix e Hermes. Além disso, foi realizada uma reunião com o diretor de Responsabilidade Social Empresarial do fundo Ilmarinen em 29 de novembro.